



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 34/XV/ 1.ª SL

Aos 20 dias do mês de julho de 2022, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão De Orçamento E Finanças, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação das atas n.º 31 e 32;**
- 2. Deliberação sobre retificações ao texto da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Orçamento de Estado para 2022;**
- 3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audições sobre a auditoria do Tribunal de Contas ao financiamento público e à gestão do Novo Banco;**
- 4. Outros assuntos.**

-
- 1. Aprovação das atas n.º 31 e 32;**

O Senhor Presidente colocou as atas conjuntamente à discussão. Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou-as à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN.

- 2. Deliberação sobre retificações ao texto da Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Orçamento de Estado para 2022;**

O Senhor Presidente referiu que tanto o email recebido do Ministério dos Assuntos Parlamentares como a informação da DAPLEN sobre o lapso identificado na redação da Lei do Orçamento de estado para 2022, haviam sido tempestivamente distribuídos aos Senhores Deputados. Referiu que entendia tratar-se de um erro manifesto e passível de retificação, colocando, contudo, o tema à consideração dos senhores deputados.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 34/XV/ 1.ª SL

Não se verificando qualquer pedido de palavra, o Senhor Presidente colocou as retificações à votação, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PAN.

3. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PSD para audições sobre a auditoria do Tribunal de Contas ao financiamento público e à gestão do Novo Banco;

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) tomou a palavra para apresentar o requerimento do seu GP. Referiu que este relatório do Tribunal de Contas decorreu de um requerimento apresentado pelo PSD nesta comissão, aprovado por unanimidade. Disse que o relatório do Tribunal de Contas não trouxe novidades, confirmando as dúvidas do PSD sobre a forma como o Novo Banco utilizou, até à exaustão, todos os montantes a que poderia ter direito nos termos do contrato celebrado. Confirmou ainda que houve alguma displicência na forma como o Fundo de Resolução e a Comissão de Acompanhamento desempenharam os seus papéis, com o Tribunal de Contas a concluir que estas entidades não defenderam o interesse público e dando exemplos, como o facto de haver património a ser alienado com grande desconto e revendido, logo de seguida, com grandes margens, pelo comprador. Assim, não colocando em causa a alienação do Novo Banco propriamente dita, disse que questiona sim a forma como as responsabilidades do Fundo de Resolução e a Comissão de Acompanhamento foram exercidas, não tendo defendido o interesse público. Assim, disse ser fundamental ouvir todas as entidades referidas no requerimento: Tribunal de Contas, Administração do Novo Banco, Fundo de Resolução, Banco de Portugal e Governo.

O Senhor Presidente referiu que deu entrada um requerimento do PS, que foi distribuído, e que requer igualmente a audição do Tribunal de Contas e Fundo de Resolução.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu ser importante ouvir o Tribunal de Contas, até para a memória não se desvaneça relativamente a este tema. Referiu que houve quem sempre se opusesse à venda do Novo Banco, que dissesse que o contrato estava mal feito, criando incentivos errados para a administração do Novo Banco, que o dinheiro era público, o que sempre foi recusado pelo Governo, que sempre defendeu o contrato e que hoje é o primeiro a dizer que não há mais dinheiro para o Novo Banco.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 34/XV/ 1.ª SL

Disse, por fim, que o Tribunal de Contas vem afirmar que o dinheiro do Novo Banco é público e que o contrato estava mal feito e criava maus incentivos, desde logo pelo facto de não existir um administrador executivo e que conviria ouvir aquela entidade a este respeito.

O Senhor Deputado Miguel Cabrita (PS) tomou a palavra para referir que a posição do PS sobre o tema é um pouco diferente. Dizendo não pretender entrar no debate sobre processo do Novo Banco, que é longo e complexo e que foi amplamente escrutinado pela Assembleia da República e por esta Comissão, em particular, e relativamente ao qual a posição do Governo é clara, afirmou que o relatório do Tribunal de Contas trazia elementos novos para serem analisados. Assim, disse fazer sentido, do ponto de vista do acompanhamento deste processo que preocupa a todos, ouvir, primariamente, a entidade que produziu este relatório, i.e., o Tribunal de Contas, e ainda a entidade que em primeira linha acompanha o Novo Banco. Assim, não excluindo a audição de outras entidades sobre o tema, disse entender que nesta fase faria sentido ouvir estas entidades apenas, o que motivou o requerimento apresentado pelo PS para audição destas entidades, funcionando em simultâneo como uma pronúncia relativamente ao requerimento do PSD.

O Senhor Presidente referiu que, em ambos os requerimentos, é solicitada a audição do Tribunal de Contas e Fundo de Resolução, propondo assim que o requerimento do PSD fosse votado separadamente: as audições do Tribunal de Contas e do Fundo de Resolução, por um lado, e da Administração do Novo Banco, do Banco de Portugal e do Governo, por outro. Mais questionou se o proponente estaria na disposição de sobrestar a votação do segundo grupo de entidades, até após a audição do primeiro grupo.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) tomou a palavra para referir que, não se opondo à segmentação da votação, não faria sentido adiar a votação do segundo grupo de audições. Referiu que o relatório frisa erros na defesa do interesse público, dando alguns exemplos, como o caso de não existir um administrador executivo, pois o contrato celebrado não o previa, existirem incentivos errados à gestão, pois o contrato previa a necessidade de gerar prejuízos dentro de um certo prazo, previsão de taxas de amortização superiores com vista a gerar resultados negativos, entre outros. Assim, e

Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 34/XV/ 1.ª SL

porque os termos do contrato celebrado são sempre invocados, fará sentido ouvir, desde já, o Banco de Portugal e o Governo, que são entidades envolvidas na contratualização.

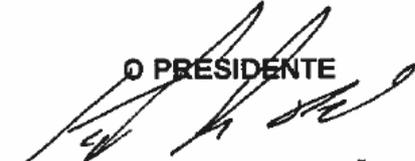
O Senhor Presidente colocou o primeiro grupo de audições à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do PCP e PAN. O Senhor Presidente colocou, de seguida, o segundo grupo de audições à votação, tendo o mesmo sido rejeitado com os votos a favor do PSD, CH, IL e BE e o voto contra do PS, na ausência do PCP e PAN.

4. Outros assuntos.

O Senhor Presidente referiu que esta seria previsivelmente a última reunião antes da suspensão dos trabalhos, por inexistirem redações finais, e desejou a todos umas boas férias, referindo que os trabalhos seriam retomados, previsivelmente no dia 7 de setembro com a audição do Senhor Secretário de Estados dos Assuntos fiscais.

A reunião foi encerrada às 10:51 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 julho 2022.


O PRESIDENTE
(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 34/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)
Carlos Brás (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Jamila Madeira (PS)
Miguel Cabrita (PS)
Miguel Matos (PS)
Pedro Anastácio (PS)
Sérgio Ávila (PS)
Vera Braz (PS)
Alexandre Simões (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Patrícia Dantas (PSD)
Paula Cardoso (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
Rui Afonso (CH)
Carla Castro (IL)
Bruno Dias (PCP)
Mariana Mortágua (BE)
Sara Madruga Da Costa (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ivan Gonçalves (PS)
Joaquim Miranda Sarmiento (PSD)
Inês De Sousa Real (PAN)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Pereira (PS)
Hugo Costa (PS)
Hugo Carneiro (PSD)